



# BIODIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

VOLUME II



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

João Luis Ribeiro Ulhôa

Biodiversidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

2ª ed.

Piracanjuba-GO  
Editora Conhecimento Livre  
2020

2ª ed.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

U38b Ulhôa, João Luis Ribeiro  
Biodiversidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.  
/João Luis Ribeiro Ulhôa . - Piracanjuba - GO  
Editora Conhecimento Livre, 2020

689 f.: il

**DOI:** 10.37423/2020.a15

**ISBN:** 978-65-86072-14-3

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Agronomia 2. Pecuária 3. Agricultura. I. Barbosa, Frederico Celestino. I. Título

CDU: 631/63

<https://doi.org/10.37423/2020.a15>

**O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.**

# Capítulo 29

## TRAJETÓRIA E DINÂMICA COMPARADA DA AGROECOLOGIA NO BRASIL E NA FRANÇA<sup>1</sup>

DOI: [10.37423/200300511](https://doi.org/10.37423/200300511)

*Lucimar Santiago de Abreu*

*Claire Lamine*

*Stéphane Bellon*

*Alfio Branderburg*

*Maria Chéophas de F. de Alencar*

*Jean-Paul Billaud*

**RESUMO:** Na década de 70 na França e no Brasil emergem novos estilos de produção ecológicos, em oposição ao modelo de agricultura convencional, apoiados por ONGs e por profissionais especialmente das ciências agrárias. No Brasil evolui progressivamente sob a influência do guia conceitual da agroecologia, contudo essa evolução é mais tardia na França. O objetivo deste trabalho é o de descrever as características, os elementos históricos e determinantes da dinâmica de desenvolvimento da agroecologia no Brasil, e na França. Visa também desvendar suas diferentes concepções e analisar as controvérsias atuais. Mostramos o lugar central que a agroecologia ocupa nas controvérsias, onde a questão alimentar, a relação ao meio ambiente, à biodiversidade (funcionalidades agroecosistêmicas) e o modelo social são cruciais e, provoca a redefinição do sistema de ecologização da agricultura.

Complementamos com análise das trajetórias e interações entre cientistas, movimento social e a construção de políticas públicas. Essas trajetórias geram interpretações concorrentes da agroecologia que podem ser classificadas e diferenciadas em três aspectos principais: concepções sobre processos de transição da agricultura; público alvo e, por último, a visão sobre a inserção da produção no mercado. Concluímos que as diferenças de entendimento da agroecologia estão diretamente relacionadas a distintas formações teóricas e trajetórias sócioprofissionais específicas, ao papel desempenhado pelas redes profissionais na construção de políticas públicas.

**Palavras-chaves:** Sistemas agroalimentares, agricultura familiar; trajetórias.

## 1. INTRODUÇÃO

A agroecologia, em alguma de suas mais disseminadas interpretações, apresenta um quadro conceitual para o desenho de uma agricultura que concilia metas de produção com objetivos ecológicos e sociais (justiça social, geração de emprego e qualidade de vida das populações, segurança alimentar, relações harmônicas entre produtores e consumidores etc.). O desenvolvimento da Agroecologia diz respeito a diferentes atores sociais: produtores, cientistas, técnicos do governo, pesquisadores, consumidores e setores interessados da sociedade, governos locais, estaduais e federais etc. Neste sentido, o tema da agroecologia enquanto projeto social para uma agricultura contemporânea e respeitosa do meio ambiente tende a contribuir para uma rediscussão das questões agrárias, uma vez que propicia o ambiente favorável para a construção de soluções inovadoras para problemas cruciais ligados ao emprego e às migrações (internas e externas), a busca de soberania alimentar, a preservação dos distintos biomas pela ativação dos agroecossistemas.

No caso do Brasil, Brandenburg (2002), identificou três importantes fases: i) a emergência de um movimento contra a industrialização da produção agrícola; ii) o surgimento de novos grupos e de formas de organização social; iii) a institucionalização da agricultura ecológica, acompanhada por uma diluição parcial de seus princípios. Contudo, atualmente, pode-se argumentar que há um quarto momento, caracterizado pela redefinição e recomposição de diferentes versões da agricultura alternativa, no qual a agroecologia ocupa um lugar importante e influencia o desenvolvimento rural (Ollivier & Bellon, 2013). Na França, a agricultura biológica (AB) é a principal representante histórica, institucionalizada desde a década de 80. Trata-se de um movimento social e, simultaneamente, de um setor profissional e econômico estruturado. Surge, mais recentemente, notadamente a partir de 2010, uma nova vertente no movimento social de ecologização da agricultura francesa, associada às redes de economia solidária, visando uma diferenciação em relação à agricultura orgânica (Lamine & Abreu, 2009).

O objetivo deste trabalho é descrever as características, os elementos históricos e determinantes da dinâmica de desenvolvimento da Agroecologia no Brasil e na França. Visa também desvendar suas diferentes concepções e analisar as controvérsias atuais na questão alimentar, na relação com o meio ambiente (funcionalidades agroecossistêmicas) e em relação ao modelo social no processo de ecologização da agricultura. Busca-se aqui qualificar a importância e o significado da Agroecologia no

Brasil e na França, a partir da interpretação do seu processo de estruturação e de suas manifestações científicas, técnicas e políticas.

Para tanto, será apresentado, na primeira seção, o contexto específico dos dois países, notadamente sobre o lugar das agriculturas de base ecológica e sobre as formas de institucionalização assim como sua relação com a agricultura familiar ou camponesa. Em seguida, será abordada a trajetória da Agroecologia nos dois países: a partir da agricultura alternativa no Brasil, na década de 70, identificando seus sucessivos momentos e características; e a trajetória de desenvolvimento diferente da agricultura ecológica/orgânica francesa. A terceira seção analisa as diferentes concepções de Agroecologia nos dois países e alguns dos embates científicos e políticos recentes que evidenciam que a questão alimentar e o modelo social estão no centro das controvérsias propostas pela Agroecologia.

## 2. METODOLOGIA

A abordagem analítica desta pesquisa é das ciências sociais, mas precisamente da sociologia compreensiva inspirada em Max Weber, clássico da sociologia, mas se abre às colaborações mais amplas, em especial das ciências agrônômicas, tendo em conta a formação disciplinar da equipe do projeto, bem como as dimensões interdisciplinares da Agroecologia. Para a realização da pesquisa, foi realizada consulta à bibliografia específica e documentos provenientes de fontes governamentais, movimentos sociais e organizações não-governamentais, bem como realizadas entrevistas com atores-chaves nos dois países um conjunto de 30 entrevistas com pesquisadores, agentes de desenvolvimento, representantes de organizações sociais não governamentais, incluindo lideranças sociais e científicas, durante o ano de 2012, 2013, 2014 e 2015, em ambos os países.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1. CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

Na América Latina, a produção de alimentos baseados em princípios ecológicos tem crescido nos últimos 20 anos. No caso brasileiro, a origem deste modo de produção pode ser interpretada como parte da herança de modelos europeus (Brandenburg, 2002), adaptados ao contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que convive com outras formas originais estabelecidas sob condições específicas do contexto local (Bellon, & Abreu, 2006).

Vale destacar que emergem distintos estilos de agricultura, onde constata-se vários referenciais de conhecimento: biodinâmico, natural, orgânico, permacultura, sistemas agroflorestais, inspirados em princípios da agroecologia, etc. Essa diversidade de formas de produção foi reconhecida pela legislação brasileira que regulamenta a produção de alimentos denominada de sistemas orgânicos de produção, um aparato legal construído a partir de intensas consultas das partes interessadas. A lei da produção orgânica reconhece também a diversidade de sistemas de certificações, a saber: terceira parte/por empresas privadas, sistemas de garantia da qualidade participativa (SPGs) e, vendas diretas com controle social.

Na França, os primeiros movimentos da agricultura de base ecológica surgem no final de 1950, envolvendo principalmente produtores e agrônomos. Em 1964, a associação francesa de agricultura orgânica (AFAB) é fundada. Em seguida, um desmembramento ocorreu entre os partidários do método Lemaire-Boucher e Nature & Progrès. O método recomendado Lemaire-Boucher é inspirado pela associação de solo inglesa. A sua originalidade é a utilização de “lithotamne” (alga calcária) como fertilizante. Em resposta à crescente industrialização da agricultura, os cidadãos envolvidos (consumidores e ambientalistas urbanos), criam a associação Nature & Progrès para o desenvolvimento da agrobiologia e, de alimentos com qualidade.

Em 1972, a associação desenvolveu as primeiras especificações das normas da agricultura orgânica francesa, prelúdio para o desenvolvimento de novas práticas agrícolas, bem como sua menção (Nature & Progrès). Uma revisão divulga informações técnicas e debates sociais (<http://www.natureetprogres.org/50ans-nature-progres/>). Em 1980 a agricultura biológica ou orgânica (AB) é reconhecida oficialmente na França. Os produtos passam a usar o selo AB e a certificação torna-se obrigatória. O primeiro regulamento europeu que concerne a AB data de 1991 (Reg. CE 2092/91), e enquadra as práticas produtivas, a etiquetagem dos produtos orgânicos, e a duração do processo de conversão (geralmente em três anos, ao curso do qual a orientação relativa ao modo de produção orgânica tem que ser aplicada).

Para se obter um selo da AB, as unidades de produção devem ser certificadas por um organismo certificador recomendado pelo Estado (mais conhecido atualmente é a Ecocert, também presente no Brasil). Esse novo dispositivo regulamentar não implica mais a participação de consumidores, como era na regulamentação que precedia a europeia. Esse último, foi revisto em 2008 (Reg. CE 889/2008), foi avaliado em 2013, para dar lugar a um novo regulamento (CE, 2014). A inserção crescente da AB



no mercado desenhou, assim como em inúmeros outros países, uma oposição entre uma AB qualificada de “convencionalizada”, pois seguiu a mesma tendência: concentração e aumento da especialização; recurso crescente aos insumos externos, tal qual a agricultura convencional.

Coexistindo com outro “tipo” de agricultura orgânica, muitas vezes denominada “resistente” constituída por pequenas unidades de produção em geral diversificadas. Esta oposição que esquematizamos é notadamente visível nos debates que permeiam os meios orgânicos, em especial nos momentos de discussão e revisões das normas e regulamentos europeus (1999 na elaboração das normas francesas, a partir do regulamento de 1994 e, entre 2006 e 2008, na revisão deste regulamento). Isto foi também desenvolvido através de numerosas interações e relações diretas entre produtores e consumidores, como foi no caso da AMAP (Associação para manter a agricultura camponesa) e, contribuiu para a emergência de numerosas experiências de certificação participativa (Mundler & Bellon, 2011; Lamine et al., 2012).

No Brasil, os primeiros organismos certificadores foram a Cooperativa Ecológica Colméia (RS), fundada em 1978, nos anos posteriores são organizados os Encontros da Agricultura Alternativa em 1981, 1984, 1988. Durante esse período é a sociedade civil (Técnicos, ONGs, Organizações de Agricultores) que assumem o processo de garantir a qualidade dos produtos a partir das referências estabelecidas na Europa. Apesar de algumas iniciativas governamentais foi necessário esperar até 1999, para que aparecesse a instrução normativa 07/99, texto pioneiro do setor. Resultado de um amplo debate entre interessados da sociedade e de um processo participativo, o texto estabelece as regras de produção e transformação, condicionamento, de transporte dos produtos orgânicos. É criada a comissão nacional da produção orgânica (CNPOrg) e as Comissões Estaduais da Produção Orgânica composto por membros do governo e da sociedade civil. Mas foi a Instrução Normativa de 2002 (IN 006/02) sobre os critérios de acreditação dos organismos de certificação dos produtos orgânicos que abre o debate inicial da lei federal, fortemente apoiado por instituições do estado de São Paulo, o texto dá lugar a inúmeras discussões e inclui o sistema de avaliação da conformidade pelo processo participativo (SPGs).

Esse processo é legitimado pela participação de diversos atores (produtores, pesquisadores, extensionistas, estudantes, coletivos de consumidores). A legislação brasileira é tardia, somente em 2003 (lei 10.831/2003), é lançado o decreto lei, regulamentada em 2009, sendo aprovada em final de 2010. Foi inspirada nos princípios da Agroecologia e destaca além dos aspectos técnicos da produção

de base ecológica, a integridade cultural das comunidades rurais, equidade social, o valor econômico da agricultura familiar e, o respeito aos recursos naturais (Abreu, et al. 2009). A originalidade do dispositivo legal é que os produtores passaram a dispor de três opções de mecanismos de controle, após a regulamentação em 2009: Organismos Certificadores (OCs), Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (Opac) ou Organismo de Controle Social (OCS). A avaliação através de OPACs permite ao produtor a comercialização em todo o território nacional, assim como através de certificadoras de terceira parte. As OCSs são regulamentadas exclusivamente para vendas diretas.

A proposta da agroecologia tem estimulado interações múltiplas entre sistemas agroalimentares de alta diversidade de produtos, práticas e experiências. No Brasil a área total com certificação orgânica representa 1,5 milhões de hectares, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Um aumento no mercado estimado em 35% anual. O trabalho é predominantemente baseado na gestão familiar (Willer & Yussefl, 2008). Na França, a AB (agricultura orgânica) ocupa atualmente 3,9% da área total útil da agricultura, representa 5,4% das propriedades e mais de 7% do emprego agrícola (Agence Bio, 2014). A partir de 1990, a AB conheceu um processo de institucionalização devido à estruturação progressiva das instâncias profissionais e associativas (Pirou, 2002) e do padrão público nacional e europeu, e das políticas públicas para o desenvolvimento do setor. Esta “normatização” da AB é geralmente um meio de assegurar sua presença em outros mercados, evitando o confinamento em pequenas redes, aumentando a difusão da produção no sistema alimentar do país.

De fato, a tomada em conta da AB através das políticas públicas, supõe igualmente o reconhecimento público dos seus benefícios. Isto é explicitado nos preâmbulos do regulamento europeu 834/2007 e, também as condições sobre as quais esses benefícios são produzidos e estabelecidos. O desempenho ambiental está inscrito na definição mesma da AB que alia às melhores práticas ambientais, alto nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais (regulamento (CE 834/2007). As políticas públicas uma simplificação da AB, que é concebida não mais como um dispositivo de formalização de princípios para uma base operacional estabelecida, mas como “bens públicos”, abrindo expectativas de se reduzir aos serviços ambientais sem considerar, os efeitos sociais, esses são mais difíceis de serem formalizados (entretanto, alguns projetos territoriais tomam mais em conta essas dimensões sociais).

Assim na Europa, as ajudas à conversão ou a manutenção da AB, entram no quadro das medidas agroambientais (a partir do Regulamento EU 2078/199, até o atual Regulamento de Desenvolvimento Rural). Os planos franceses sucessivos de desenvolvimento da AB, objetivaram a promoção e o avanço da AB, dando suporte às organizações de produtores e às cadeias de produção, desenvolvimento, formação e pesquisa. O plano atual “Ambição Bio 2012” integra o projeto agroecológico e a ideia “Produzir de outra forma. (2012)”.

No Brasil o reconhecimento político da importância social e econômica da agricultura familiar (AF) é tardio. Somente em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais – demandavam políticas específicas para o setor e legitimação por parte do Estado, portanto, foi nas duas últimas décadas, que o processo de democratização política promoveu o aumento da participação desses atores sociais na definição e gestão das políticas públicas. O Estado se ajusta a nova realidade com o objetivo de racionalizar as ações e ampliar os resultados das políticas sociais, mediante políticas públicas de Combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento rural, assim as políticas de interface com o mundo rural, ganham espaço, em especial entre 2003-2010. Neste período foi criado também o Ministério do Desenvolvimento.

Além desses programas indicados deve se salientar algumas medidas do governo. Em 2006, foi criado o seguro agrícola para a Agricultura Familiar (SEAF) que visa diminuir riscos com intempéries que afetam a produção agrícola. O Programa Garantia Safra, visa proteger a renda daqueles que perderam mais de 50% da sua produção na área do Semiárido. O PAA (Plano de Aquisição de Alimentos) consiste em uma Política Pública que articula atores de vários ministérios visando garantir a compra da produção de agricultores familiares, bem como formar estoques para dar sustentação à política de segurança alimentar e nutricional, assim como suprir demandas de outros programas públicos, populações carentes em condições de pobreza. O PAA foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, visando programar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar, fortalecer a política global de combate à fome. Incentivando a AF, através de ações de distribuição de alimentos aos grupos sociais em situação de insegurança familiar. Além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local e promover formação de estoques estratégicos. Os agricultores ecológicos recebem um prêmio de 5% + no preço definido.

Também o PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), se traduz numa inovação social brasileira que existe oficialmente desde 1950, mas a lei específica número 11.947 de 16\06\2009, toma a questão da alimentação como direito fundamental igualando à ao direito à educação pública. O fundo nacional de desenvolvimento escolar repassa para a compra direta dos produtos da AF, o montante de 30% do total do fundo, preferencialmente no local da produção e paga se um prêmio de 5% até 30% se for da agricultura ecológica. Existem prefeituras em que 100% dos produtos da agricultura local ou regional, é o caso das cidades de Ipê e Antônio Prado, SC. Trata se da criação do mercado institucional (Mattei, L, 2014). Assim a produção familiar tem uma forte importância social e econômica no Brasil, sendo que 80% da produção certificada de base ecológica são oriundas da produção familiar, uma multiplicidade de contextos locais e grupos diferenciados de produtores familiares, caracterizados pela sua forte heterogeneidade tanto social e cultural como pela diversidade de estilos de produção de base ecológica. É inquestionável, a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional dos países. A importância de tal segmento social para a segurança alimentar vai além da produção primária, mas envolve também a forma de distribuir a renda e gerar empregos.

Na França, a agricultura familiar não representa uma categoria de análise como no Brasil, a agricultura é constituída por produtores em sua maioria familiares, que foram largamente incluídos no movimento da modernização agrícola, bem que sejam desenvolvidas em paralelo novas formas de agricultura de firmas (Hervieu et Purseigle, 2009). De fato, a política de modernização agrícola dos anos 1960 e 1980, tem precisamente objetivado modernizar o conjunto da profissão, favorecendo os gestores agrícolas, com expectativas de nível de vida, igual à de outras classes sociais. Isto excluiu produtores que não puderam acompanhar o movimento de modernização (relativos aos investimentos) com uma queda da população ativa da agricultura, de 29% do conjunto dos ativos em 1949 para 3% em 2007 (Instituto Nacional de Estatística da França, INSEE). Além disto, é na França que a agricultura dita “paysanne” ou camponesa reivindicada notadamente por sindicatos agrícolas “confederação ligada à via campestina” e pelo conjunto de estruturas alternativas (exemplos: Civam e Amaps) que corresponderia provavelmente à noção brasileira mais próxima da agricultura familiar, que mostraremos mais adiante que compartilham inúmeros valores culturais.

## 3. TRAJETÓRIA DA AGROECOLOGIA NO BRASIL E NA FRANÇA

Buscando retratar a trajetória da agroecologia no Brasil e na França, nesta seção, salientamos a emergência do processo de reagrupamento progressivo das agriculturas alternativas direcionadas para o guarda-chuva da AE, no caso brasileiro. Entretanto, a trajetória francesa da AE é muito diferente e resulta das interações distintas entre movimento social, mundo acadêmico e políticas públicas. No Brasil, a partir da década de 1970, com a emergência de críticas sobre a revolução verde emerge o movimento de defesa de uma diversidade de estilos de produção de base ecológica denominada agricultura alternativa. A agroecologia enquanto proposta e guia conceitual para o redesenho da agricultura surge em 1983, no Chile com a obra de Altieri e, passa ser conhecida aos poucos no meio acadêmico. Agroecologia surge gradualmente como movimento social associada a um conjunto de práticas agrícolas. O movimento agroecológico diz respeito tanto aos grupos de agricultores que buscam segurança, soberania e autonomia alimentar, como aos movimentos sociais que reivindicam políticas públicas comprometidas com a aplicação de seus princípios.

As organizações não governamentais (ONGs) associadas em especial, a igreja católica (Comunidades Eclesiais de Base), sindicatos, ambientalistas e profissionais do meio agrônomo, foram responsáveis pelas iniciativas em agricultura alternativa ou ecológica, buscavam apoiar pequenos produtores que se encontravam em situações precárias e marginalizadas pela revolução verde. Mais tarde novos atores são constituídos por uma elite de produtores neorurais (Karan, 2001; Brandenburg, 2002).

No Brasil a agricultura ecológica foi inicialmente conhecida como agricultura alternativa. O conceito era vago, significando simplesmente um conjunto de técnicas que deveria ser utilizada de forma integrada e, em equilíbrio com o meio ambiente. Tratava-se de resgatar técnicas tradicionais de domínio da agricultura familiar e que fora marginalizada pela modernização conservadora. A agricultura alternativa foi animada pelo Projeto Tecnologia Alternativa – PTA, ligado à FASE. Entretanto, as experiências práticas eram poucas significativas, foram também inspiradas nos seguidores da agricultura biodinâmica, baseadas em ensinamentos de R. Steiner e, de Fukuoka e Omiti Okada.

No Brasil, o conceito de agricultura alternativa foi gradualmente sendo substituído por agricultura sustentável e, depois pelo conceito da Agroecologia. A ideia de um sistema de agricultura focada em técnicas alternativas, do movimento da agricultura alternativa aos poucos perde espaço e, ocorre uma ruptura cultural no movimento, saindo fortalecida a visão do grupo que defendia a estratégia de

ampliar as experiências no território nacional para fortalecer o movimento, em especial junto aos agricultores familiares menos favorecidos pelas políticas agrícolas da modernização.

Na América Latina o movimento se fortalece com a abordagem de agroecossistemas, no final da década de 80, com a contribuição de M. Altieri, em articulação com ONGs latino americanas. Em 1989, foi criado no Chile o Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), ocasião que já tinha sido lançada em inglês, a obra denominada “Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa”, de M. Altieri, traduzida no Brasil, em 1989. Mas foi no início da década de 90, durante uma grande reunião organizada pela CLADES, que contou com representantes de mais de 12 ONGs, que a proposição científica da agroecologia foi apresentada por Miguel Altieri. (Almeida, et, al., 2001).

O movimento agroecológico constituído pelas ONGs e profissionais da agronomia (associações de engenheiros agrônomos), portanto, se divide pelo fato de que existiam intensas críticas ao modelo da revolução verde, mas pouca experiência prática de agricultura de base ecológica (Almeida, et, al.,2001). Neste contexto, a construção de projetos junto às comunidades de produtores familiares se tornou uma importante estratégia de ação do movimento e, foram criadas estruturas de organização em diversos países latinos, fato que resultou no aumento considerável de experiências, no Brasil.

Deve se salientar o papel decisivo de organizações não governamentais, em particular da AS-PTA, pelo seu protagonismo. Esta organização visava atingir os seguintes objetivos: 1) Controlar a expansão dos latifundiários e do êxodo rural e apoiar os agricultores familiares; 2) Estimular o processo de organização e conscientização dos agricultores familiares; 3) Promover a adoção de um novo modelo de desenvolvimento. Propunham-se para atingir esses objetivos as estratégias de ação: i) Local: construir novas alternativas para a produção rural. (ii) Global: revelar a situação dos produtores familiares latinos americanos, iii) Política: Influenciar a formulação de políticas públicas. Assim, na década de 90, o cenário é de evolução e redefinição de métodos e conceitos. Inicialmente, o termo da agroecologia foi introduzido no Chile, por Miguel Altieri, num quadro de articulação e colaboração entre equipes de projetos de ONGs alternativos (brasileiros, chilenos) (Abreu & Bellon, 2013).

De acordo com entrevistas realizadas com o representante da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), membro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e, também com a visão de participantes do movimento social de defesa da agroecologia, a noção de transferência de tecnologias deveria ser substituída pela ideia de processos sociais de inovação agroecológica. Para esses atores

sociais a tecnologia não é algo externo, mas notadamente o resultado de relações ecológicas e socioculturais. A adoção parcial da proposição da agroecologia passa a ser motivada por um conjunto de organizações políticas comprometidas com a construção de um projeto social, baseada em reivindicações por equidade e justiça social. São às condições de vida dos produtores familiares, associadas aos fatores ecológicos e técnicos que configuram a dinâmica da emergência da agroecologia, fazendo com que agricultores empenhados com a transição em certas situações de uso da terra enveredem por trajetórias diferenciadas.

Esses agricultores em certas localidades são apoiados por organizações, as quais estão envolvidas diretamente com os processos de desenvolvimento rural e com a institucionalização da agroecologia, no Brasil. Essa força social é um dos elementos fundamentais das evoluções intensas identificadas nos últimos anos. Tais organizações lutam pelo reconhecimento destas formas ecológicas de produção. Tais avanços são consubstanciados no quadro institucional, mais especificamente, no caso brasileiro, no âmbito da legislação dos sistemas orgânicos já referidos e, num conjunto de políticas que foram inspiradas no conceito e abordagem da agroecologia e agricultura orgânica, uma vez que reconhecem a importância da integridade cultural das comunidades rurais, da equidade social, da valorização econômica das produções familiares, além do respeito aos recursos naturais (Bellon, & Abreu, 2005).

Como apresentaremos em seguida, numerosos pesquisadores brasileiros que se dedicam a agroecologia aprofundaram seus interesses sobre o tema, realizando estudos de pós-graduação em universidades estrangeiras, notadamente em Córdoba (ES). Com a eleição de Lula em 2002 e, posteriormente de Dilma, para a Presidente da República do Brasil, líderes deste grupo de pesquisadores em articulação com setores do Partido dos Trabalhadores (PT), passaram a ocupar cargos políticos no Ministério do Desenvolvimento Agrário, fato que lhes permitiu influenciar diretamente em programas públicos, em especial, na área de extensão rural e, de pesquisa agropecuária (Abreu & Bellon, 2013). As políticas de desenvolvimento rural abrem espaços para ONGs e, estabelecem interações.

Alguns dos membros das organizações participaram do movimento pioneiro da agricultura alternativa, no Brasil, por exemplo, a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2004. Também, foi possível, obter acordos entre as diversas partes interessadas, na ocasião da formulação do Programa Nacional de Pesquisa em Agroecologia da Embrapa, integrando pesquisa em sistemas de produção orgânica, de permacultura ou agroflorestais. Recentemente, ocorreu a construção participativa do

PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), envolveu diferentes órgãos de governos e representantes da sociedade civil, lançado pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 17/10/2013. E o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica ([www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br), novembro de 2013). Esse plano nacional busca integrar e qualificar as políticas e programas de dez ministérios, fortalecendo parcerias, articulando programas e ações indutoras da transição dos sistemas orgânicos, como contribuição para o desenvolvimento sustentável

Concretamente observa-se claramente avanços na produção de base ecológica no Brasil, mas requer uma investigação aprofundada sobre a efetividade dos projetos, planos e discursos institucionais e, verificar em que medida poderá impactar positivamente e, contribuir para a transição da agricultura. Na França, sobretudo, como vimos, à agricultura orgânica teve sua institucionalização finalizada na década de 2000. No entanto, houve um movimento agroecológico pioneiro, liderado por Pierre Rabhi, que possui uma trajetória marcada por uma visão da Agroecologia fundamentada na ética, suas ideias são difundidas através de conferências, publicações e, atualmente tem-se envolvido no campo político partidário (Bellon & Ollivier, 2014). P. Rabhi teve inspiração baseada em pressupostos da biodinâmica, e se diferencia da agricultura biológica (AB). Ele se considera mais focado sobre a situação empírica, é a favor da agroecologia. Suas propostas são de aplicação local, na França e no exterior. No entanto, as questões técnicas são secundárias e, as pesquisas científicas não são presentes na sua abordagem.

Também na França ocorreu recentemente a institucionalização da agroecologia, que tornou-se uma palavra-chave. O processo de institucionalização da agroecologia na França, ainda é de fraca visibilidade, o tema passou a ocupar espaço mais recentemente, em algumas instituições públicas (INRA, CIRAD, AFD, dentre outras). De maneira esquemática, a partir de um levantamento realizado em 2011, em sítios da web de autores que recorrem ao termo de agroecologia. Foi identificado dois polos (Belo & Olivier, 2012). No primeiro pólo, os sítios correspondem principalmente ao meio associativo e aos movimentos sociais, com uma forte centralidade em torno de P. Rabhi (sítios “Terra & Humanismo” e do movimento social denominado “Os Colibris”, da Associação “Nature et Progrès”, e outros que se ocupam de trabalhos com sementes crioulas). Atualmente a menção a “Nature et Progrès” garantiu o funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) favorece as trocas horizontais com agroecologia camponesa que tece mais fortemente as interações entre os cidadãos mais comprometidos que os selos franceses (AB) ou europeu.



Esses sítios desenvolvem proposições críticas a respeito da modernização agrícola. Alguns deles funcionam como sítios “intermediários” (por exemplo, a Fundação Nicolas Hulot, Agrisud Internacional) com o outro pólo na medida em que compartilham links com outras instituições. O segundo pólo abriga sítios de instituições de alto nível, com mandados internacionais (FAO, AFD e CIRAD). A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) destaca-se pela quantidade importante de links. Esses sítios estão associados a sítios de institutos de pesquisa, de ensino agrícola e de atores econômicos (serviços agrícolas, bancos), inseridos historicamente no dispositivo de modernização agrícola. Encontram-se também sítios de associações que promovem a agricultura de conservação, dentre os quais o sítio da BASE (Bretanha Agricultura Solo Meio Ambiente) e da AEI (especialmente, a Associação Internacional para a Agricultura Ecologicamente Intensiva [AEI] criada em 2009).

A atualização desta imagem das redes confirmaria certamente essa polarização, revelando ao mesmo tempo novos atores ( “Rede de Agroecologistas Sem Fronteiras” de um dos lados e, MAAF e INRA do outro); ou situações intermediárias como o “Coletivo para o Desenvolvimento da Agroecologia”. Anunciado em dezembro de 2012, o plano "Produzir de outra maneira" encarna a nova política agrícola francesa e tem como objetivo colocar a agroecologia no coração do sistema. O anúncio deste plano, conferências e reuniões que se seguiu, durante esse ano, gerou forte polêmica: em janeiro de 2013, um grupo de porta-vozes representantes dos movimentos sociais, entregou ao ministro da Agricultura uma "carta aberta" onde o acusa de apoiar uma forma de agroecologia, distante dos ideais defendidos pelo grupo, em relação à agricultura, a alimentação e o desenvolvimento dos territórios.

Tal reação é uma resposta ao destaque dado pelo governo, às práticas da agricultura como o plantio direto, principalmente, pois essa tem uma forte necessidade de utilização de insumos químicos. Os signatários desta comunicação decidiram constituir um coletivo de atores sociais para defender uma “agroecologia camponesa”. Outra dinâmica social relativa à agroecologia é o desenvolvimento de ações coletivas. Eles podem envolver grupos de compras (para competir ou negociar preços) ou para melhorar os meios e as condições de produção (CUMA), ou para obter acesso a mercados (circuitos-curtos), complementaridades entre fazendas (Associação Policultura- Pecuária), ou para incorporar questões de serviços ambientais ou ecossistêmicos (água, biodiversidade).

O edital “mobilização coletiva para a agroecologia” lançado em 2013 pelo Ministério da Agricultura, da Alimentação e da Floresta (MAAF) estabeleceu como foco alvo projetos elaborados por coletivos de agricultores que desejavam desenvolver formas de agricultura que aplicam, dentro de uma

abordagem sistêmica, os princípios da agroecologia. O edital buscava também preparar a implantação das GIEE (Grupamentos de Interesse Econômico e Ambiental), visando agriculturas duplamente eficientes. No entanto, as comunidades profissionais agroecológicas ainda são pouco organizadas na França. A diversidade de projetos aprovados (cem no total) no Edital demonstra a grande diversidade de visões de agroecologia, práticas e de procedimentos aplicados.

Por exemplo, a importância dos movimentos sociais e ONGs na construção de uma "marca agroecológica" foi tomada em conta tardiamente por instituições que obscurecem a questão de valores relacionados aos princípios e conceitos da agroecologia e as perspectivas para a transição, que possibilite o envolvimento de outros atores além dos agricultores; uma política Intersectorial, portanto, não só agrícolas. Diferenças também aparecem na estruturação da comunidade profissional, mais viva no Brasil, do que na França. Na França o conceito de desempenho econômico permanece dominante e, se expandiu em comunidades profissionais. No Brasil, as práticas alternativas, hoje ecológicas, expandiram-se primeiramente entre as agriculturas e na relação entre as práticas e as políticas públicas, predomina a visão da agroecologia política, com estratégias para legitimação da agroecologia.

No Brasil, recentemente movimentos rurais (Via Campesina, Movimentos Sem Terras (MST), Movimento Pequenos Produtor Agrícolas (MPA) etc.) adotaram a proposição da agroecologia, buscando incluir em suas agendas o tema, especialmente, a questão da soberania alimentar. Atualmente, parece não haver espaço acadêmico na área de ciências agrárias (professores e pesquisadores, extensionistas) no país que não encontre profissionais comprometidos com a agroecologia. Trata-se de profissionais que buscam conhecimentos sobre alternativas e tecnologias inovadoras do ponto de vista ambiental e adequadas aos produtores familiares. Interessam-se também por mercados locais alternativos. Tal conhecimento na perspectiva da agroecologia depende de uma interação forte entre o conhecimento técnico-científico e as experiências locais das organizações de produtores de base ecológica.

Mas, geralmente, o movimento brasileiro em defesa da agroecologia tem como objetivo influenciar a construção de políticas que estimulem a soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. A ANA trabalha em articulação com um conjunto de instituições não-governamentais e é apoiada por movimentos sociais, visando promover o desenvolvimento da base científica da agroecologia. Os grandes temas abordados dizem respeito à soberania alimentar, a conservação de recursos naturais e

a diversidade biológica na agricultura. Assim, a agroecologia visa tornar-se uma referência e propor mudanças no modo de produção, visando conciliar desenvolvimento e interesses sociais, tais como segurança alimentar e o empoderamento das populações rurais. Existem laços de colaboração entre a ANA e diversas organizações não governamentais na América Latina (MAELA) e movimentos sociais organizados (Via Campesina, MPA-Brasil, ANAP-Cuba, ANPE-Peru, entre outros). Portanto, espera-se que essas articulações possam fornecer elementos para as organizações de agricultores e permitam subsidiar e reorientar as políticas de produção e o desenvolvimento de mercados inovadores.

Em suma, o desenvolvimento da agroecologia no Brasil tem sido orientado por estratégias políticas de diferentes atores envolvidos e um interesse crescente da sociedade, em particular dos consumidores. Esse desenvolvimento tem combinado a construção de programas científicos interdisciplinares, práticas agrícolas e movimentos sociais para influenciar a construção de políticas públicas. Na França, as questões de soberania alimentar e do modelo social aparece cada vez mais associada à agroecologia (Lamine, 2014), como mostra um estudo sobre os discursos das redes ligadas à agricultura camponesa e na agroecologia "paysanne". Embora o conceito de soberania alimentar não esteja presente na Carta da Confederação Camponesa (1998), ele aparece com destaque na definição dada pela confederação da Agricultura Camponesa

No âmbito internacional, a Declaração de Nyeleni em 2007 foi um ponto de virada na trajetória do conceito de soberania alimentar, ali definida como o direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente apropriada, produzida de forma ecológica e sustentável, destacando o direito da população definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. A segurança alimentar refere-se ao equilíbrio entre a produção agrícola, mas destaca os desafios atuais como as questões de equidade no acesso e autonomia alimentar, as quais são também destacadas no Relatório Especial da ONU do Direito à Alimentação, Olivier de Schutter (2009)

A agroecologia também ganhou destaque nos discursos de diversas organizações nos últimos anos. A partir de 2011, a Confederação Camponesa passou a fazer referência à agroecologia e, desde 2013, alia-se a outros movimentos sociais numa versão "camponesa" da agroecologia. Para a Via Campesina, a agroecologia camponesa é definida como um sistema social e ecológico que abrange uma grande variedade de técnicas e práticas arraigadas culturalmente e geograficamente.

A agroecologia vem figurando em discursos recentes de algumas redes de produtor/consumidor, como AMAP (Associação de Manutenção da Agricultura Camponesa). Isto é o resultado de

controvérsias que ocorrem em tais redes em torno das boas formas de agricultura (Lamine et al., 2012) e de uma tendência de maior diferenciação dentro dos movimentos relacionados com a agricultura biológica. A trajetória relativamente conjunta da noção de agroecologia na Confederação Camponesa e nas AMAP também pode ser explicada pelas ligações frequentes e locais entre as duas redes, bem como os vários eventos e alianças que os ligam a os outros movimentos sociais (por exemplo, na Plataforma francesa para a Soberania Alimentar, fundada em 2013).

## 4. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE AGROECOLOGIA

O aporte teórico da agroecologia recebeu influências da agronomia, ecologia, antropologia e sociologia (Altieri, 1995). A agroecologia é considerada como uma proposição científica emergente e um campo de conhecimento transdisciplinar. A agroecologia é interpretada para alguns atores sociais como ciência que estuda os agroecossistemas ou as unidades agrícolas de forma abrangente, nas quais ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas. Nos agroecossistemas, assim como nos ecossistemas naturais, ocorrem processos ecológicos como ciclagem de nutrientes, interações animais, insetos (fauna), competição, comensalismo e sucessões ecológicas (flora). Porém nos agroecossistemas, o grau de resiliência e estabilidade não são determinados unicamente por fatores ambientais e bióticos, mas também por fatores sociais e econômicos, tais como: posse da terra, inserção em mercados e, com a possibilidade concreta dos produtores de colocar em práticas princípios da agroecologia, etc. Outros elementos são destacados como condicionantes da estabilidade, tais como o patrimônio cultural dos produtores, suas tradições relacionadas ao uso e manejo da terra (Abreu, et. al. 2012). Portanto, segundo os fundadores desta proposição, os sistemas agroalimentares inspirados pela agroecologia, promovem biodiversidade, resiliência, eficiência energética e justiça social. Também são planejados para (Altieri, 2001).

A origem da matriz conceitual da agroecologia está fortemente vinculada a três instituições universitárias, duas se encontram na Califórnia, EUA e, a última na Andaluzia, Universidade de Córdoba, Espanha. i) (Universidade de Berkeley onde Miguel Altieri ministra cursos; ii) Universidade de Santa Cruz, onde se encontra S. Gliessman. Esse último focaliza a agroecologia, como uma ciência e um conjunto de práticas (Gliessman, 2000). Ainda se identificou uma nova interpretação para a agroecologia como ciência (centrada na concepção de sistemas agroalimentares, que agrega o nível cinco, ao processo de transição ESR, ou a noção de sistema agroalimentar), prática (experiência local) e mudança social (movimento) (Abreu, et. al., 2012). Salienta se também, nas pesquisas coordenadas

por Eduardo Sevilla Guzman, da Universidade de Córdoba (ES), mencionada, as inter-relações profissionais entre Miguel Altieri e Eduardo Sevilla Guzman, entre outros, que desenvolveram estudos fortemente articulados com a problemática latina americana.

Na França e no Brasil, a institucionalização da agroecologia estimula o desenvolvimento do ensino/formação e capacitações. Mas cabe destacar a fabulosa influência no país de algumas instituições universitárias, entre as quais, destacamos a formação científica no Programa de Doutorado em "Agroecologia, sociologia e desenvolvimento rural sustentável", da Universidade de Córdoba, que teve início em 1991, que se fortaleceu devido às inter-relações entre grupo de pesquisadores de diferentes países, e do Brasil. Este fato permitiu a realização de três objetivos principais: 1) formação e investigação científica, 2) ações com os movimentos sociais, especialmente com o movimento dos sem terras, no Brasil (MST) e, 3) pesquisas em modelos alternativos de agricultura, que foram desenvolvidas com a colaboração dos pesquisadores e técnicos de extensão rural, no Brasil. Na França também se observa a formação em agroecologia, mas de forma mais modesta, o que possibilita que centenas de ONGs têm se inspirado na abordagem da agroecologia para promover a agricultura sustentável

De acordo com acadêmico da Universidade de Córdoba, com a evolução do trabalho empírico no ISEC, o programa de pós graduação integra no mesmo programa científico, ciências sociais e metodologias da educação de cunho participativas. A mudança de paradigma se deu a partir da necessidade de compreender a natureza da agricultura convencional e, seu impacto vis-à-vis os recursos naturais e a própria sociedade. Foi essa escola de pensamento que introduziu no conceito de agroecologia o sentido sociopolítico de desenvolvimento da agricultura, vinculando o, aos processos históricos, resultado da crítica social ao atual contexto do neoliberalismo e da globalização. A nosso ver essa é a dimensão privilegiada desta escola de pensamento.

Assim, a busca de soluções para as várias formas de degradação socioambiental estimulou um grupo de pesquisadores associados ao ISEC, a construir projetos de pesquisas que tivessem como objetivo desfazer a dualidade da ciência (como a epistemologia e estrutura de poder) e, ao mesmo tempo desenvolver ações de investigação e intervenção, reconhecendo e valorizando o conhecimento local e camponês indígenas. Naturalmente também, ocorreram outras contribuições de pesquisadores que tiveram papel importante, relacionadas na obra sobre agroecossistemas (Suzanne B. Hecht, 1997). A proposição teórica denominada agroecologia foi assim formulada, enquanto que a metodologia

necessita ser ainda melhor qualificada para se atender o objetivo crucial de promover ações e intervenções locais e, portanto, de ampliar a visibilidade das experiências exitosas.

Entretanto, a agroecologia vai além do estudo de agroecossistemas. Para Francis et al. (2003) a agroecologia é uma ciência que estuda todo o sistema de produção de alimentos. Nesta perspectiva, produtores e consumidores estão diretamente inter-relacionados. Conseqüentemente o autor contribui para o debate conceitual a partir de uma perspectiva mais ampla da agroecologia. Trata-se do estudo que integra a disciplina da ecologia ao sistema de produção de alimentos, incluindo também as relações sociais e institucionais relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo desta produção. Ademais, a agroecologia não é vista por muitos autores apenas como ciência, mas também como movimento social e prática agrícola.

Segundo Wezel et al. (2009) as três dimensões estão presentes na agroecologia, ocorrem interações entre a visão política (movimento social), a aplicação de tecnologias inovadoras (práticas) e a produção de conhecimentos (a ciência). Essas dimensões não são observadas em todos os contextos na mesma intensidade. A agroecologia elege como conceito chave a transição agroecológica expresso pela idéia de redesenho. A grande maioria dos autores brasileiros e latino-americanos, embora envolvidos no desenvolvimento rural, rejeita o fato da agroecologia ser apresentada muitas vezes, como modo alternativo de produção (Caporal & Costa Beber, 2004).

Portanto, a agroecologia pode ser considerada para certos autores e atores de uma visão pontual menos interdisciplinar, como o cruzamento da agronomia e da ecologia, de onde decorre sua grafia agro-ecologia (Soussana, 2013), como é o caso, em um documento de orientação do INRA de 2010. Embora reconhecendo o interesse da posição anterior, com vistas no “reequilíbrio ecológico dos sistemas produtivos agrícolas”, alguns autores brasileiros (Caporal et al., 2006) apresentam a agroecologia como matriz que articula diversas disciplinas (n=10) e campos do conhecimento (n=31), além de integrar saberes empíricos. A abordagem inter ou transdisciplinar representa um primeiro divisor de águas, dependendo também da função ocupada pelas ciências sociais e pelos saberes dos agricultores e outros atores (consumidores, ambientalistas...) nos roteiros de pesquisas.

Outra acepção, mais restrita, seria a de uma agronomia que se preocupa com questões ambientais, ou ainda, sua definição simétrica, uma ecologia aplicada aos sistemas agrícolas. Ela induz a certa confusão entre agroecologia e agroambiente. Ela reduz as dimensões sociais (Wezel et al., 2014). Essa visão, normativa de alguma sorte, pode ser contraposta a uma análise integrada ao programa da AE

perspectivas de reconcepção e de transição de sistemas agrícolas e alimentares (Hill & e Mac Rae, 1995; Levidow et al., 2013), transformativa, que especificadas adiante no texto. A integração (ou não) da questão alimentar representa outro elemento de diferenciação. As definições propostas por Francis et al. (2003) e Gliessman (2007) destaca a “ecologia dos sistemas alimentares” cujos componentes (técnico, socioeconômico e político) são declinados em diferentes níveis de organização e, as abordagens não se referem mais à uma escala espacial privilegiada (campo cultivado, unidade de produção, agroecossistema). Outros autores estendem o campo da AE ao direito à alimentação (de Schutter, 2011) ou à soberania alimentar (Altieri & e Toledo, 2011), (Toledo, 2010).

Existem concepções bastante contrastantes sobre agroecologia. Além das análises da literatura científica e documentos de políticas públicas sobre a AE nos dois países, foram realizadas diversas entrevistas com atores chave da agroecologia na Brasil e na França (trinta no Brasil e, uma dezena na França) que nos permitiu identificar três tipos de trajetórias (Lamine & Abreu, 2009); (Abreu, et. al., 2013).

Com base nestas entrevistas, são identificadas e descritas a seguir.

## IDENTIFICAÇÃO DE TRÊS DIFERENTES CONCEPÇÕES:

**Concepção 1:** Os brasileiros entrevistados em geral iniciaram seus percursos em ONGs e movimentos sociais (projetos da agricultura familiar) da década de 70 à década de 90 e a partir dos anos 2000 passaram a participar diretamente ou indiretamente da elaboração de políticas, em conexões permanentes com redes científicas (muitos passaram pela academia em programas de doutorado, fato que favorece a legitimação destas posições). No caso dos entrevistados militantes franceses, não está ainda bem elucidada a relação desses com o movimento pioneiro, liderado por Pierre Rabhi (cf supra). A presença de representantes de instituições públicas na França surge tardiamente. Um dos entrevistados, fortemente articulado com o movimento agroecológico e figura central na organização do primeiro evento da agroecologia do Colóquio de agroecologia de Albi/2008, fez referência aos princípios da agroecologia, apresentado por Pierre Rabhi, sem mencioná-lo. Para o entrevistado, o movimento social articulado em torno de Pierre Rabhi apresenta uma dimensão fortemente espiritual “light”, sentido contrário às ações do movimento em torno da associação linha de “Horizon et les Amis de François Partant”, cuja instituição adota uma estratégia política focada na defesa dos trabalhadores sem terra e pequenos produtores familiares de países distantes, especialmente no Brasil e na América

Latina. Outro entrevistado que interage com movimento social afirma que a agroecologia tem necessariamente uma dimensão política. Sua ação é associada à Confederação Camponesa.

**Concepção 2:** A origem das trajetórias do segundo grupo é acadêmica em alguns casos, apresentam fortes ligações com os movimentos sociais e políticos, através da construção de projetos de pesquisas participativas e o envolvimento pessoal com algumas organizações não governamentais. Estes projetos têm sido dedicados principalmente à agricultura familiar. No caso francês, o grupo é formado por professores, alguns com experiência profissional inicial em ONGs, e outros atuam, simultaneamente, como produtores e militantes. Um dos entrevistados teve formação (inusitada para a época: década de 80) em ecologia de agroecossistemas e mantém ligações com o movimento social agroecológico. Anteriormente, esteve desenvolvendo pesquisas em áreas de montanhas com agricultores familiares tradicionais no México – e afirma ter sido a experiência fora da França e a convivência com líderes do movimento camponês mexicano que o influenciou a pensar a agricultura a partir de uma visão da agroecologia, antes mesmo dela ter sido anunciada cientificamente. A experiência entre pesquisadores e acadêmicos franceses em outros países foi também mencionada por outros atores entrevistados, como fator importante a abertura para o enfoque da agroecologia.

**Concepção 3:** Atores-chaves brasileiros que atuam unicamente no âmbito da pesquisa científica ou no ensino em universidades mostram forte interesse pela agricultura ecológica e, mais precisamente, se referem fortemente à agricultura orgânica (apresentando exemplos práticos da produção orgânica) e interagem em menor grau com os movimentos sociais e políticos; poucos possuem envolvimento com projetos de abordagem participativa. Nesta categoria também encontramos um entrevistado francês que orienta seus estudos para o papel das leguminosas nos sistemas de culturas e visa contribuir com a diminuição do uso de insumos.

Para identificar as concepções concorrentes da agroecologia, selecionamos três aspectos principais: concepções sobre processos de transição da agricultura; tipo de produtores e, por último, visão sobre a inserção da produção no mercado.

## CONCEPÇÕES SOBRE A TRANSIÇÃO

Para o grupo atores-chave das categorias 1 e 2, a agroecologia se encontra muito além da agricultura orgânica, cujo entendimento sobre esse modo de produzir, é na melhor das hipóteses "uma etapa no caminho para se chegar a agroecologia". A transição é identificada como um processo progressivo.



Neste caso, a agricultura orgânica consiste na substituição de insumos, etapa posterior à diminuição da dependência de insumos externos. Alguns entrevistados acadêmicos não defendem a transição progressiva, mas, uma visão da transição radical bem surpreendente à primeira vista. No entanto, no geral é uma visão baseada numa menor autonomia dos agricultores. Segundo esse ponto de vista, o conhecimento dos agricultores sobre a ecologia dos processos produtivos já foi perdido e, por conseguinte, outro modelo teria que ser completamente redefinido, construído e transferido, a partir do progresso da ciência, tendo a ecologia como fundamento central.

## O TIPO DE AGRICULTORES

Para os atores-chaves dos grupos 1 e 2, a agroecologia está claramente ligada à agricultura familiar (ou paysanne, na França). Para esses, a agroecologia não é possível ser desenvolvida fora da agricultura familiar. Por outro lado, alguns atores-chaves do grupo 3 e cientistas do grupo 2 no Brasil consideram que a aplicação de programa de desenvolvimento com base na agroecologia, que privilegia agricultores familiares (assentamento da reforma agrária) focaliza um grupo específico de produtores, sendo preciso universalizar e atender demandas abrangentes para solucionar questões relacionadas à pobreza rural. Neste sentido, a definição de um grupo de agricultores é considerada como algo restritivo. Outros cientistas argumentam que as soluções agroecológicas devem ser encontradas para as propriedades maiores e especializadas. Um desses entrevistados conduz projetos de pesquisas no setor de cana-de-açúcar, que normalmente é excluído pelo outro grupo, uma vez que trabalham principalmente em unidades de produção mistas (gado, legumes, frutas e, eventualmente, café). Estas duas posições são também encontradas entre pesquisadores franceses, mas o grau de heterogeneidade no mundo agrícola e da divisão social, profissional e institucional entre pequenas e grandes propriedades, é menos forte.

### As relações com mercados e consumidores

Para os atores-chaves dos grupos (1 e 2), a agroecologia também supõe uma redefinição dos modos de comercialização, transportes e de organização dos circuitos, bem como de hábitos de consumo. Um argumento importante é o de se evitar os problemas do processo da convencionalização da agricultura orgânica. A produção ecológica deve ser comercializada através de circuitos locais e sem adesão aos processos de certificação, substituindo-os por processos participativos não regulamentados. Na França, essa visão é encontrada principalmente entre os membros e atores das redes alternativas de produtores e consumidores e as de agricultura alternativa (CIVAM, Confederação

Camponesa, AMAP). No Brasil, a agroecologia também tem uma posição crítica em relação à agricultura orgânica, embora desde 2003 estejam agrupadas no mesmo mecanismo institucional de regulação da produção e do mercado, já mencionado anteriormente. A crítica centra-se, sobretudo, na visão minimalista da agricultura orgânica, na medida em que ela é vista como substituição de insumos, em detrimento de um redesenho dos sistemas agrícolas. Apesar dessas críticas, a conversão para a agricultura orgânica é frequentemente lembrada para ilustrar as perspectivas de transição agroecológica (Abreu, et al, 2012). Parte dos técnicos mais críticos teve em sua formação uma passagem (formação) pela Universidade de Córdoba, que integra a dimensão política, na análise dos processos da transição.

## 4. CONCLUSÕES

A proposição da agroecologia está sendo aplicada fortemente no universo da agricultura familiar, onde a família desempenha um papel fundamental na gestão e na condução das atividades agroecológicas. A agroecologia se desenvolve também ancorada em movimentos sociais e aborda questões de desenvolvimento através de redes sociotécnicas que legitima um conjunto de formas de agricultura, transformando a paisagem agrária contemporânea. Além disso, desencadeia uma ruptura paradigmática, promove a emergência de debates e de críticas à agricultura convencional e reforça um conjunto de valores políticos e sociais associados ao ideário de uma sociedade justa e igualitária. A agroecologia é legitimada no Brasil e na América Latina por sua forte relação com o movimento social. O tema agroecologia coloca no debate público a questão do poder da ciência sobre o desenvolvimento da sociedade, destacando a natureza política do que está por trás das opções tecnológicas dos diferentes modelos utilizados na agricultura. Portanto, a agroecologia coloca a questão mais geral da importância da relação entre sociedade e ciência. Em essência o significado do movimento em defesa da agroecologia se traduz nos tempos atuais em um processo de desenvolvimento rural de dimensões múltiplas que vêm recompondo o mundo rural, na medida em que reconstrói paisagens e preserva recursos naturais e resgata saberes associados à produção de alimentos. Entretanto, essa análise é datada, o material da pesquisa foi recolhido até o final, de 2015, depois da mudança de governo no Brasil, muitas incertezas vicejam quanto ao avanço do desenvolvimento da agroecologia, especialmente neste país.

## 5. AGRADECIMENTOS

À Capes-Cofecub o nosso agradecimento pelo financiamento dos programas de trabalhos e estadias de estudantes e pesquisadores brasileiros e franceses em 2011, 2012, 2013 e 2015.

## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. de; LAMINE C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G. O papel de cientistas e de lideranças do movimento social na construção da agroecologia no Brasil e na França. Cadernos de Agroecologia, Cruz Alta, v. 8, n. 2, VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre, 2013. 5p.

ABREU, L. S. de; BELLON, S. The dynamics and recomposition of agroecology in latin america. In: HALBERG, N; MULLER, A. (Ed.). Organic agriculture for sustainable livelihoods. Londres: Routledge, 2013. p. 223-245.

ABREU, L. S. de; BELLON, S; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 26, p. 143-160, 2012.

ABREU, L. S. de; KLEDAL, P.; PETTAN, K.; RABELLO, F.; MENDES, S.C. Trajetória e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF, v. 26, n.1/3, p. 149-178, 2009.

ALMEIDA, S. G; PERTENSEN, P.; CORDEIRO, A. Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122 p.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 110 p.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 1995. 592 p.

AVENTURIER, P.; ALENCAR, F. M. C. Uso e gestão de fontes bibliográficas de agroecologia em trabalhos técnicos científicos. Oficina apresentada na VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre, 2013.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 11-28, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: versão final. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf>>. Acesso em: 12 dez.

2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

COMMISSION EUROPÉENNE. Proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council on organic production and labelling of organic products. Brussels, 2014. 73 p. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/agriculture/organic/documents/eu-policy/policydevelopment/report-and-annexes/proposal\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/organic/documents/eu-policy/policydevelopment/report-and-annexes/proposal_en.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GRISA, C., C.J. Schmitt, L. Mattei, R. Maluf and S. Leite (2011) Brazil's PAA: policy-driven food systems. *Farming Matters* 27(3) pp. 34-36

HECHT, S. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M.. (Ed.). *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. La Habana: ACAO-CLADES, 1997. p. 15-30.

HERVIEU, B.; PURSEIGLE, F. Pour une sociologie des mondes agricoles dans la globalisation. *Études rurales*, Paris, n. 183, p. 177-200, 2009.

LAMINE C. Sustainability and resilience in agrifood systems: reconnecting agriculture, food and the environment. *Sociologia Ruralis*, 2014. No prelo.

LAMINE, C.; ABREU, L. S. de. Compared trajectories of agro-ecology in Brazil and France: The role of scientists and social movements. In: *ESRS CONGRESS, 23., 2009, Vaasa, Finland. Re-inventing the rural: between the social and the natural: book of abstracts*. Vaasa: European Society for Rural Sociology, 2009. p. 222

LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDENBURG, A. The civic and social dimensions of food production and distribution in alternative food networks in France and Southern Brazil. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, Pullman, v. 19, n. 3, p. 383-401, 2012.

MATTEI, L. O papel e importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*. (aceito para publicação em maio) 2014.

MUNDLER P.; BELLON S. Les systèmes participatifs de garantie : une alternative à la certification par organismes tiers ? *Pour*, Paris, n. 212, p. 57-65, 2011.

OLLIVIER, G.; BELLON, S. Dynamiques des agricultures écologisées dans les communautés scientifiques internationales: une rupture paradigmatique à rebondissem *Nature, Sciences et Sociétés*, Les Ulis, v. 21, n. 2, p. 166-181, 2013.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade no século XXI*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

TOLEDO, V. M. As experiências agroecológicas do México: uma visão geopolítica. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 40-45, 2010.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, Paris, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WILLER, H.; YUSSEFI, M. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends. In: IFOAM ORGANIC WORLD CONGRESS, 2008, Modena. Cultivating the future based on science: proceedings... Modena: IFOAM: ISOFAR, 2008.